

## Relatório da Administração

Atendendo às disposições legais vigentes, apresentamos as demonstrações financeiras e as informações relevantes do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

A Indiana opera predominantemente em redes de concessionárias de veículos, por intermédio de seus corretores e parceiras com as associações dos distribuidores para melhor proteger os compradores de veículos nas vendas consentidas.

Resultados e Evolução Patrimonial - A carteira de seguros de Auto, que representa 82% das operações, atingiu a marca de 140.000 veículos segurados. Acumulando outras linhas de negócios, registramos o total de R\$250 milhões de prêmios emitidos. Para sustentar esta operação, a Indiana conta com ativos de R\$573 milhões e reservas de R\$259 milhões. Encerramos 2014 com um lucro líquido de R\$26 milhões e ROE de 16,6%.

**Proximidade e compromisso com os brasileiros**  
O patrocínio do Grupo Liberty Seguros à Copa do Mundo da FIFA 2014<sup>TM</sup> no Brasil não só triplicou o conhecimento espontâneo de marca da seguradora no mercado brasileiro. Aproximou também, ainda mais, a marca dos brasileiros e torcedores que foram aos estádios assistirem aos jogos da competição.

internacional. As iniciativas da empresa durante o evento destacavam atitudes positivas que fazem a diferença no dia a dia. Nos últimos três anos a companhia investiu mais de R\$79 milhões em ações de comunicação integrada que fizeram parte do ciclo de ativações de marca do patrocínio com a FIFA.

Além disso, o Grupo Liberty Seguros investiu em um legado para a sociedade após o torneio. Por isso, implantou em sete cidades-sede o Projeto Sinal Livre, que tem o propósito de difundir as boas práticas de mobilidade urbana a jovens do ensino médio. Desde 2012, mais de 500 jovens participaram diretamente do projeto, desenvolvendo e colocando em prática ações de conscientização em suas escolas e comunidades sobre a importância deste tema. Além disso, mais de 37 mil pessoas foram impactadas com as iniciativas de sensibilização pelo uso correto da faixa de pedestre. O Projeto Sinal Livre também atua como uma forte plataforma de disseminação e discussão do tema da mobilidade urbana, criando o 1º Prêmio Sinal Livre de Mobilidade Urbana no país, promovendo estudos proprietários como "Qual a sua cidade ideal?" e também promovendo debates entre especialistas e influenciadores do setor.

**Compromisso em oferecer atendimento e serviços excepcionais**  
Atender o cliente e o corretor com excelência faz parte da cultura organizacional do Grupo Liberty Seguros.

Todas as áreas de alguma forma são responsáveis por oferecer uma experiência excepcional para os clientes e corretores. As áreas de produtos contam com equipes de qualidade, já o marketing tem a função de realizar iniciativas para encantar e fidelizar clientes e corretores, a área de operações e sinistros faz o contato direto e diário com os clientes e por fim temos as nossas filiais que também são responsáveis pelo relacionamento e atendimento dos nossos parceiros de negócios, os corretores. A companhia tem como característica um alto alinhamento entre as áreas. Com um modelo de gestão, criado com base no Foco no Cliente, o Grupo Liberty Seguros busca sempre a melhoria contínua, empoderando os funcionários a melhorarem diariamente seus processos de trabalho. Nada fica sem solução, as equipes reúnem os esforços para oferecer sempre um atendimento excepcional. A companhia busca recrutar talentos que tenham a visão de foco no cliente. Além disso, o Grupo Liberty Seguros realiza treinamentos constantes com os funcionários para que estejam sempre alinhados com o "Leito Liberty de Cliente". Na avaliação anual de desempenho, em todos os níveis hierárquicos, a competência de Foco no Cliente é avaliada.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015

## Demonstração do Resultado

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Ativo Circulante	Notas explicativas	31/12/14		31/12/13	
		205.291	155.799	237.150	283.697
Disponível	5.2. e 6.	3.778	1.635	4.210	22.081
Caixa e bancos		3.778	1.635	25.704	3.353
Equivalente de caixa	5.2. e 6.		4.790	3.789	6.383
Aplicações	5.2. e 6.	92.154	1.681	-	1.035
Créditos das operações com seguros e resseguros	5.2.	55.265	81.526	449	441
Prêmios a receber	5.2 e 8.	54.469	80.588	4.270	10.869
Operações com seguradoras		-	546	21.014	22.513
Operações com resseguradoras		796	392	49	21
Outros créditos operacionais	5.2.	3.908	4.467	2	2
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	5.1. e 5.2.	4.550	6.501	4.250	3.658
Títulos e créditos a receber		3.339	3.802	14.070	18.832
Títulos e créditos a receber		202	330	2.624	-
Créditos tributários e previdenciários	9.	1.006	922	1.098	846
Outros créditos	10.2.	2.131	2.550	180.826	238.257
Outros valores e bens	10.3.	2.988	7.252	169.281	229.887
Bens a venda		2.907	7.127	11.545	8.370
Despesas antecipadas	5.5.	104	82	165.803	135.687
Custos de aquisição diferidos	11.	39.205	44.063	6.004	647
Seguros		39.205	44.063	9.	608
Ativo não circulante		367.495	407.139	4.	5.396
Realizável a longo prazo		364.692	402.665	15.	2
Aplicações	5.2. e 7.	182.151	248.676	16.	77.906
Créditos das operações com seguros e resseguros		296	-	17.	67.562
Prêmios a receber	5.2 e 8.	296	-	18.	10.344
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	5.1. e 5.2.	11.043	8.405	17.	81.891
Títulos e créditos a receber		141.636	127.640	18.	81.891
Créditos tributários e previdenciários	9.	56.329	48.928	5.5.	169.833
Depósitos judiciais e fiscais	10.1.	85.301	78.580	18.	111.199
Outros créditos operacionais	10.2.	6	132	44	44
Custos de aquisição diferidos	11.	29.566	17.944	18.	903
Seguros		29.566	17.944	18.	60.350
Investimentos		292	311		(2.663)
Imóveis destinados a renda		292	311		
Imobilizado	12.	2.386	2.640		
Imóveis de uso próprio		2.141	2.279		
Bens móveis		245	361		
Intangíveis	5.5. e 13.	94	1.450		
Outros intangíveis		94	1.450		
Diferido	5.5. e 13.	31	73		
<b>Total do ativo</b>		<b>572.786</b>	<b>562.938</b>	<b>572.786</b>	<b>562.938</b>

Passivo Circulante	Notas explicativas	31/12/14		31/12/13	
		237.150	283.697	237.150	283.697
Contas a pagar	14.	34.212	22.081	25.704	3.353
Obrigações a pagar		25.704	3.353	3.789	6.383
Impostos e encargos sociais a recolher		-	1.035	-	441
Encargos trabalhistas		449	441	4.270	10.869
Impostos e contribuições		4.270	10.869	21.014	22.513
Outras contas a pagar		21.014	22.513	49	21
Débitos de operações com seguros e resseguros	15.	49	21	2	2
Prêmios a restituir		2	2	4.250	3.658
Operações com seguradoras		4.250	3.658	14.070	18.832
Operações com resseguradoras		14.070	18.832	2.624	-
Corretores de seguros e resseguros		2.624	-	1.098	846
Outros débitos operacionais		1.098	846	180.826	238.257
Depósitos de terceiros	16.	180.826	238.257	169.281	229.887
Provisões técnicas - seguros		169.281	229.887	11.545	8.370
Danos		11.545	8.370	165.803	135.687
Pessoas		6.004	647	9.	608
Passivo não circulante		6.004	647	4.	5.396
Contas a pagar		6.004	647	15.	2
Tributos diferidos		9.	608	16.	77.906
Outras contas a pagar		4.	5.396	17.	67.562
Débitos das operações com seguros e resseguros		15.	2	17.	10.344
Corretores de seguros e resseguros		15.	2	17.	81.891
Provisões técnicas - seguros		16.	77.906	18.	81.891
Danos		16.	77.906	5.5.	169.833
Pessoas		67.562	53.010	18.	111.199
Outros débitos		10.344	7.820	44	44
Provisões judiciais		81.891	74.210	18.	903
Provisões judiciais		81.891	74.210	18.	60.350
Reservas de capital		169.833	143.554		(2.663)
Reservas de reavaliação		111.199	111.199		
Reservas de lucros		44	44		
Ajuste de avaliação patrimonial		60.350	34.286		
		(2.663)	(2.937)		
<b>Total do passivo</b>		<b>572.786</b>	<b>562.938</b>	<b>572.786</b>	<b>562.938</b>

(Em milhares de reais)

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido/prejuízo por ação)

Demonstração do resultado do exercício	Notas explicativas	31/12/14		31/12/13	
		250.331	323.058	21.255	17.031
Prêmios emitidos	5.2. e 19.1.	250.331	323.058	271.586	340.089
(+) Variações das provisões técnicas de prêmios	19.2.	21.255	17.031	(140.368)	(202.432)
(-) Prêmios ganhos		-	-	(82.537)	(96.535)
(-) Sinistros ocorridos	19.3.	(140.368)	(202.432)	(5.243)	(4.613)
(-) Custos de aquisição		-	-	1.210	2.103
(-) Outras receitas e despesas operacionais	19.5.	(82.537)	(96.535)	(6.453)	(6.716)
(-) Despesa com resseguro		(5.243)	(4.613)	19.6.1.	(44.517)
(+) Receita com resseguro		1.210	2.103	19.6.2.	(9.970)
(-) Despesa com resseguro		(6.453)	(6.716)	19.7.	32.193
(-) Despesas administrativas		(44.517)	(58.139)		195
(-) Despesas com tributos		(9.970)	(10.082)		18.288
(+) Resultado financeiro		32.193	31.123		-
(+/-) Resultado patrimonial		195	(19)		(3)
(=) Resultado operacional		18.288	(5.328)		18.288
(-) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		-	(3)		4.823
(=) Resultado antes dos impostos e participações		18.288	(5.328)		2.894
(+) Imposto de renda		4.823	201		2.894
(+) Contribuição social		19.8	1.21		-
(-) Participações sobre o lucro		22	(2.834)		-
(=) Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		18	26.005		18
(f) Quantidade de ações		18	21.005.664		18
(=) Lucro líquido/(prejuízo) por ação (em reais)		18	1,24		18

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Descrição	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
			Reserva de reavaliação	Reserva estatutária			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>111.199</b>	<b>44</b>	<b>1.021</b>	<b>39.562</b>	<b>2.508</b>	<b>3.974</b>	<b>158.308</b>
Reserva de reavaliação:							
Realização	-	-	(59)	-	-	59	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(6.911)	(6.911)	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(7.843)	(7.843)	-
Reservas estatutárias	-	-	-	(7.784)	-	7.784	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>111.199</b>	<b>44</b>	<b>962</b>	<b>31.778</b>	<b>2.508</b>	<b>(2.937)</b>	<b>143.554</b>
Reserva de reavaliação:							
Realização	-	-	(59)	-	-	59	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	274	274	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	26.005	26.005
Reserva legal	-	-	-	1.301	-	(1.301)	-
Reversas estatutárias	-	-	-	24.763	-	(24.763)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>111.199</b>	<b>44</b>	<b>903</b>	<b>56.541</b>	<b>3.809</b>	<b>(2.663)</b>	<b>169.833</b>

(Em milhares de reais)

(Em milhares de reais)

Demonstração de fluxo de caixa - método indireto	31/12/14		31/12/13	
	26.005	(7.843)	26.005	(7.843)
<b>Atividades operacionais:</b>				
<b>Lucro líquido/(prejuízo) do exercício</b>	<b>26.005</b>	<b>(7.843)</b>		
Ajustes para:				
Depreciação e amortizações	1.670	1.751		
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	(4.613)	(1.095)		
Perda na alienação de imobilizado e intangível	-	3		
Outros ajustes	274	(6.911)		
<b>Total</b>	<b>23.336</b>	<b>(14.095)</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstração de Fluxo de Caixa

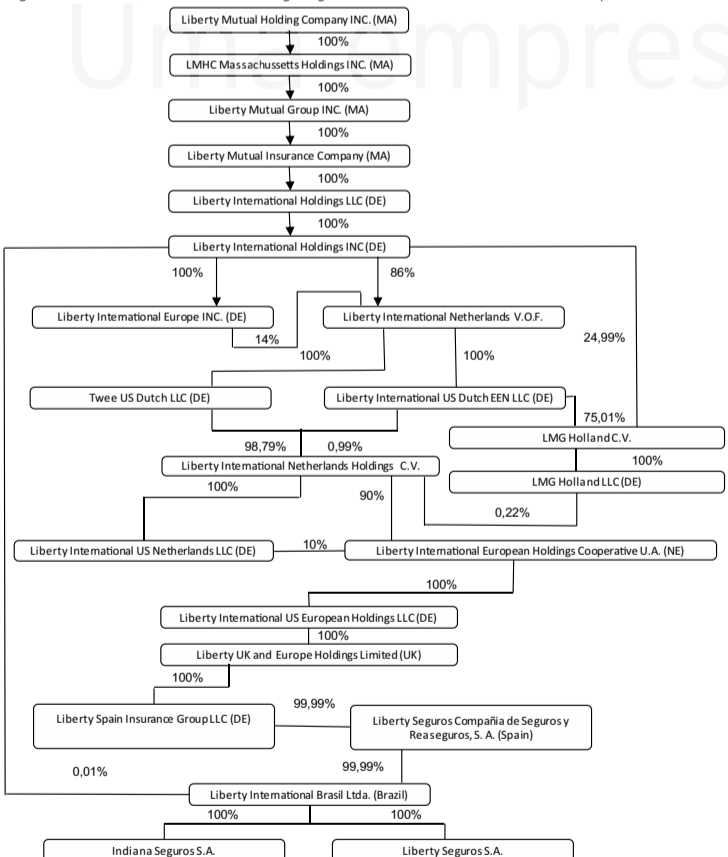
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2014

**1. Contexto operacional:** A Indiana Seguros S.A. (doravante "Companhia") foi constituída em 18 de maio de 1945, uma sociedade por ações de capital fechado com sede e escritório principal localizados na Rua Dr. Geraldo Campos Moreira, 110 em São Paulo, Estado de São Paulo - Brasil. A Indiana Seguros S.A. integra o grupo Liberty Mutual, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, com sede em Boston, Estados Unidos. Tem como objetivo social a exploração das operações de seguros dos ramos elementares e vida em todo o território nacional, conforme definido pela legislação em vigor. A Liberty Mutual criou a Liberty International, que por sua vez possui 100% das ações da Indiana Seguros S.A. Abaixo, demonstramos o organograma com a estrutura societária da Companhia:



Em 2008, a holding do grupo, Liberty International Brasil Ltda., concretizou a aquisição da Indiana Seguros S.A., empresa autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar com seguros dos ramos elementares e de vida. Os serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo critérios de rateio que consideram a razoabilidade e sinergia das operações realizadas em conjunto ou individualmente. A Companhia oferece uma ampla linha de produtos, voltados para atender as necessidades específicas de seus clientes nos seguintes ramos: • Automóveis; • Vida em grupo; e • Outros ramos. A Companhia está exposta a riscos que são provenientes de suas operações e que podem afetar seus objetivos estratégicos e financeiros. A exposição e gerenciamento desses riscos estão divulgados na nota explicativa nº 5. As demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram autorizadas para emissão pela administração em 25 de fevereiro de 2015.

**2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras compreendem os balanços patrimoniais, as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e as demonstrações dos fluxos de caixa da Companhia, conforme legislação em vigor. a) **Comparabilidade:** Em 6 de janeiro de 2014, foi emitida a Circular SUSEP nº 483/14 que dispõe sobre as alterações das normas contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2014. Essa Circular altera os anexos aprovados pela resolução CNSP nº 86/02 e revoga a Circular SUSEP nº 464/13. Não houve impactos relevantes que merecessem destaque nessa divulgação. As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 483/14 e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais para o ativo/passivo circulante quando estes atendem às seguintes premissas: • Espera-se que seja realizado, ou pretendido, que se seja vendido ou consumido no decorrer normal do ciclo operacional da Companhia (12 meses); • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; ou • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no CPC 3 - Demonstração dos fluxos de caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Todos os itens que não atendem ao exposto acima e, consequentemente, não satisfazem aos critérios estabelecidos pelo CPC 26 - Apresentação das demonstrações, foram classificados como não circulantes. b) **Comparabilidade:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de períodos anteriores, conforme disposições do CPC - 26, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e da Circular SUSEP nº 483/14. c) **Continuidade:** A administração avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de reais)

ainda não decorreu e são apropriadas ao resultado proporcionalmente ao prazo decorrido. São considerados como custos de aquisição diferidos as comissões de corretagem, agenciamento e outros custos de aquisição. O prazo de diferimento dos custos de aquisição obedecem o risco de vigência dos contratos de seguros. Para a Companhia, o ramo de maior representatividade na carteira é automóvel e o prazo médio de diferimento é de 12 meses. A Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG é calculada “pró-rata” dia, com base nos prêmios emitidos e tem por objetivo provisionar a parcela de prêmios correspondente ao período de risco a decorrer na data-base de cálculo. A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes Não Emitidos - PPNG-RVNE é estimada com base em cálculos atuariais através da utilização de triângulos de *“run-off”* de prêmios emitidos, onde é possível captar a defasagem entre a vigência do risco e a emissão do prêmio. Assim essa provisão indica o nível de prêmios não ganhos, referente aos riscos vigentes, assumidos pela Companhia, porém ainda não emitidos. A Provisão Complementar de Cobertura - PCC deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos. A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar ao segurado, realizada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, em valor considerado suficiente para fazer face aos compromissos futuros. Esta provisão é reavaliada no decorrer do processo até a liquidação ou encerramento do sinistro e está líquida da expectativa de recebimentos de salvados. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data-base das demonstrações financeiras. A metodologia de cálculo utilizada contempla e destaca a parcela da Provisão de Sinistros Ocorridos Não Suficientemente Reportados - IBNER, provisão adicional à Provisão de Sinistros a Liquidar, que tem como objetivo estimar os valores dos ajustes que os sinistros a liquidar sofrerão até o seu encerramento. Esta provisão é calculada com técnicas estatísticas e atuariais com base no desenvolvimento histórico dos sinistros. A Provisão de Despesas Relacionadas - PDR representa o montante esperado de despesas ainda não pagas ou suficientemente reservadas, relacionadas aos sinistros ocorridos. c) Passivos financeiros: As obrigações a pagar são inicialmente reconhecidas ao valor justo, quaisquer efeitos significativos de ajuste a valor presente são reconhecidos segundo o método da taxa efetiva de juros até a data de liquidação, quando o efeito do ajuste a valor presente é material. Para este cálculo, em casos onde os passivos financeiros não possuem uma taxa de juros pré-determinada (ou explícita no contrato), a Companhia utiliza uma taxa de mercado similar à taxa de juros de referência, que seria similar a cobrada por uma instituição bancária para financiamento ou compra de um ativo similar considerando, inclusive, o risco de crédito da Companhia para este propósito. i) **Teste de adequação dos passivos (LAT - Liability Adequacy Test)**: A Circular SUSEP nº 457/12, instituiu o Teste de Adequação de Passivos (TAP) para fins de elaboração das demonstrações financeiras e definiu regras de procedimentos para a sua realização. Segundo esta Circular, a Companhia deve avaliar, à cada data-base, se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se essa avaliação mostrar que o valor das provisões técnicas constituídas para os contratos de seguros vigentes, descontados dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, está inadequado em relação aos fluxos de caixa futuros estimados, a deficiência deve ser reconhecida na PCC ou em qualquer outra provisão que venha a substituí-la. O TAP foi elaborado bruto de resseguo, e para a sua realização a Companhia considerou a segmentação estabelecida pela SUSEP na Circular nº 457/12, ou seja, entre seguros de danos e seguros de pessoas. Os fluxos de caixa foram estimados em periodicidade trimestral, e a sua preparação levou em consideração a estimativa de prêmios, sinistros e despesas mensurados, descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTI), com base na metodologia proposta pela SUSEP, usando o modelo de Svensson para interpolação e extrapolação das curvas de juros, e o uso de algoritmos genéticos, em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não-linear, para a estimação dos parâmetros do modelo. Depois de finalizado o Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da Companhia, concluiu-se que o seu passivo por contrato de seguro está adequado, não sendo necessário o ajuste das provisões técnicas constituídas, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP nº 457/12. m) **Comprovação (contabilização líquida) de ativos e passivos financeiros**: Ativos e passivos financeiros somente são apreendados de forma líquida no balanço patrimonial quando há um direito legal irrevogável e compensar ativos e passivos junto à controparte quando a Companhia possui a intenção de liquidar os instrumentos de seguro em uma forma líquida ou realizar o ativo e liquidar um determinado passivo financeiro simultaneamente. A Companhia não apresenta ativos e passivos de forma líquida para essa demonstração. n) **Outras provisões, ativos e passivos contingentes**: A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidação a obrigação, e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material. A Companhia constitui provisões em garantia de desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de natureza civil, fiscal e trabalhista. Elas são constituídas a partir de uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um novo desembolso futuro. Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando existem garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os tributos cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal”. As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constituintalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e são atualizados monetariamente vigentes na data de preparação fiscal (taxa SELIC). Os passivos contingentes de processos de sinistros e cíveis são atualizados pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça de São Paulo e os trabalhistas (taxa Tabela Prática do TRT da 2ª região de São Paulo). o) **Capital social**: As ações emitidas pela Companhia são classificadas como um componente do patrimônio líquido quando a Companhia não possui a obrigação de transferir caixa ou outros ativos para terceiros. p) **Políticas contábeis para reconhecimento de receitas e despesas**: *i. Reconhecimento no prêmio emitido de contratos de seguro*: As receitas e custos relacionados aos contratos de seguro são reconhecidos proporcionalmente ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices. O imposto sobre Operações Financeiras - IOF a receber, incidente sobre os prêmios a receber, é registrado no passivo da Companhia e é retido e recolhido simultaneamente ao recebimento do prêmio. *ii. Receita de juros e dividendos recebidos*: As receitas de juros de instrumentos financeiros, incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado, são reconhecidas no resultado do exercício segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido como resultado de perda do seu valor recuperável (*“impairment”*), a Companhia reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa efetiva de juros, e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício. Os juros cobrados no parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apuração do resultado no mesmo prazo de parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros. As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido. *iii. Benefícios a empregados: Obrigações de curto prazo*: As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o respectivo serviço é prestado. *Obrigações por aposentadorias*: As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados aos empregados. *Outros benefícios de curto prazo*: Outros benefícios de curto prazo, tais como: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. *Benefícios pós-emprego*: A Companhia não possui qualquer política ou programa de benefícios classificados em benefícios de longo prazo como benefício pós-emprego. q) **Imposto de renda e contribuição social**: A despesa de imposto de renda e contribuição social dos períodos reportados inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos de impostos diferidos. A Companhia reconhece no resultado do período os efeitos dos impostos de renda e contribuição social, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no balanço líquido, onde, nestes casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido. Os impostos correntes são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. O imposto de renda corrente é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 por exercício. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15% (vide nota explicativa nº 19.8). É constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e reserva de reavaliação de bens do ativo imobilizado (edifícios), cujo montante será transferido para impostos a pagar, no passivo circulante, quando da realização ou baixa desses ativos. Os impostos diferidos são reconhecidos utilizando-se o método dos passivos (ou *“liability method”* segundo o CPC 32) sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos destes ativos e passivos. As taxas utilizadas para constituição de impostos diferidos são as taxas vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite em que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. **4. Estimativas e julgamentos contábeis**: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. i. **Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros**: O passivo de seguros da Companhia é o componente onde a Administração mais utiliza estimativas e julgamentos, pois existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados. A Companhia utiliza as fontes de informação internas e externas disponíveis, tais como sua experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários sobre o cálculo da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Conseqüentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores líquidos efetivamente em datas futuras para tais obrigações. A Companhia divulga análises de sensibilidade para estas premissas na nota explicativa nº 5.1. ii. **Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas**: A Companhia possui processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas em aberto na data de preparação das demonstrações financeiras, estes registros estão amparados pela opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus consultores legais externos. O processo utilizado pela administração para a contabilização e construção das estimativas contábeis, leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, evolução dos processos e status (ou instância) de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, a Companhia utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, com base em informações históricas de perdas onde existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição destas provisões. **iii. Cálculo de valor justo de ativos financeiros**: Conforme requerido pelo CPC 39, a Companhia aplica as regras de avaliação do valor justo de instrumentos financeiros designados nas categorias “disponíveis para venda” e ativos “mensurados ao valor justo através do resultado”. Nesse processo a Companhia estabelece metodologias de avaliação de valor justo com base em dados diretamente observáveis ou não observáveis no mercado. Essas metodologias empregam alto grau de julgamento na seleção de variáveis e modelagens para estabelecimento de valor justo de determinados instrumentos não cotados em um mercado ativo. A Companhia divulga na nota explicativa nº 5.3 informações requeridas pelo CPC 39 quanto à metodologia e níveis de classificação dos instrumentos segundo fatores observáveis no mercado. **iv. Estimativas utilizadas para avaliação de créditos tributários**: Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Esta é uma área que requer a utilização de alto grau de julgamento da Administração na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e determinação de horizonte de geração de lucros futuros tributáveis. Essa estimativa é divulgada na nota explicativa nº 9. **5. Gerenciamento de riscos**: A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: • Risco de seguro; • Risco financeiro/liquidez; • Risco de mercado; • Risco de crédito; e • Risco operacional. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e redução de cada um dos riscos acima mencionados. A Companhia dispõe de uma estrutura de gerenciamento de riscos que é composta por princípios, políticas, responsabilidades, procedimentos e ações internas. A administração considera essa estrutura compatível com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, processos e sistemas da Companhia. **Estrutura de gerenciamento de risco**: Para proporcionar um adequado ambiente de identificação e avaliação dos riscos, a Companhia dispõe de uma estrutura de governança corporativa, responsável por controles internos, SOX, compliance e no âmbito operacional. Para administrar os riscos aos quais a Companhia está exposta, são efetuados periodicamente comitês de precificações e de reservas de sinistros, sendo que para a gestão do risco de crédito a Companhia dispõe de diversos mecanismos gerenciais, tais como: relatórios de monitoramento de índices de inadimplência.

**5.1. Gestão de risco de seguro**: Como parte de sua política de gestão de riscos, a Companhia possui critérios de aceitação e de precificação específicos para cada linha de negócio que buscam minimizar riscos de antisseleção e garantir um nível de rentabilidade adequado frente aos riscos assumidos. O Departamento Atuarial junto às áreas de subscrição da Companhia, além de monitorar a adequação de preços de suas principais linhas de negócio, desenvolve modelos e políticas de precificação que permitem à Companhia diferenciar de forma mais justa os preços cobrados de cada um de seus clientes. Além disso, por meio de seu Departamento de Resseguros, a Companhia busca assegurar o equilíbrio adequado dos seus limites de retenção, de modo a mitigar os riscos assumidos nas diferentes linhas de negócio, avaliando os melhores tipos de contratos e considerando a posição do parceiro ressegurador na escala de classificação de risco, calculada pelas mais renomadas agências internacionais. A cobertura de prêmio e resseguro por área geográfica está evidenciada na nota explicativa nº 19.1. A tabela a seguir apresenta nossa exposição máxima ao risco para nossos principais segmentos de seguro:

Modalidade	31/12/14		31/12/13	
	Exposição máxima ao risco de seguro (a)		Exposição máxima ao risco de seguro (a)	
	Bruto de resseguo	Líquido de resseguo	Bruto de resseguo	Líquido de resseguo
Automóvel	19.354.394	19.263.502	131.287	29.608.043
Vida em grupo	3.205.767	3.189.831	44.680	2.154.646
Demais ramos	5.794.266	5.475.358	26.145	3.146.026
<b>Total</b>	<b>28.354.427</b>	<b>27.928.691</b>	<b>202.112</b>	<b>34.908.715</b>

(a) Esses montantes representam os valores máximos indenizáveis, em caso de sinistros cobertos, para cada um dos riscos emitidos e vigentes nas respectivas datas-base. Tais valores são calculados por meio da soma das Importâncias Seguradas de coberturas mutuamente exclusivas, ou seja, no caso de um seguro patrimonial, não se soma a importância Segurada de Roubo de Bens, quando existe para o mesmo risco uma cobertura de incêndio para prédio e conteúdo. A Companhia realiza teste de sensibilidade. Esse teste foi elaborado para demonstrar como seriam afetados o resultado e o patrimônio líquido da Companhia, caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas seguintes variáveis: • Sinistralidade - simulação do efeito de uma elevação de 5 pontos percentuais na sinistralidade; • Despesas administrativas - simulação do aumento de 10% nas despesas administrativas. Para a elaboração do teste foram utilizadas, respectivamente, a sinistralidade apurada na relação entre os sinistros retidos e os prêmios ganhos, e o montante de despesas administrativas, ambos registrados nos últimos 12 meses contados a partir de cada uma das datas-bases apresentadas. A tabela abaixo apresenta os resultados brutos e líquidos de resseguros, considerando as respectivas premissas:

Premissas	Impactos no resultado e no patrimônio líquido			
	31/12/14		31/12/13	
	Bruto de resseguo	Líquido de resseguo	Bruto de resseguo	Líquido de resseguo
Aumento de 5 pontos percentuais na sinistralidade apurada	(13.579)	(13.147)	(16.743)	(16.216)
Aumento de 10% nas despesas administrativas	(3.991)	(3.991)	(5.559)	(5.559)
<b>Total</b>	<b>(17.570)</b>	<b>(17.138)</b>	<b>(22.302)</b>	<b>(21.775)</b>

A Companhia demonstra nos quadros abaixo os contratos de resseguro vigentes em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

Ramo	Prêmios emitidos		Prêmios cedidos em resseguo (a)		% Ressegurado
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13	
Automóvel	206.394	297.677	6.828	9.061	3%
Vida em grupo	15.222	11.900	55	34	0%
Demais ramos	28.715	13.481	1.759	1.440	6%
<b>Total</b>	<b>250.331</b>	<b>323.058</b>	<b>8.642</b>	<b>10.535</b>	<b>2%</b>

(a) A tabela abaixo apresenta a discriminação dos resseguradores:

Ressegurador	Classe de Risco (*)	Categoria		Prêmio cedido		% cedido	
		31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13		
Lloyd'S	Admitida	A	322	69	4%	1%	
Liberty Mutual Insurance Company	Admitida	A	45	80	1%	1%	
General Reinsurance Ag	Admitida	AA+	11	3	0%	0%	
IRB Brasil Resseguradores S.A.	Local	Sem Rating	7.896	9.583	91%	91%	
Alterra Resseguradora do Brasil S.A.	Local	Sem Rating	246	140	3%	1%	
Munchener Ruckdo Brasil Resseguradora S.A.	Local	Sem Rating	116	653	1%	6%	
Austral Resseguradora S.A.	Local	Sem Rating	6	3	0%	0%	
Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros	Local	Sem Rating	4	0	0%	0%	
<b>Total</b>			<b>8.642</b>	<b>10.535</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	

(\*) A Companhia utiliza como fonte para classificação de categoria de risco o site da autarquia SUSEP. Abaixo demonstramos as provisões técnicas de resseguro:

Composição da carteira	Ativos de resseguo		Saldo contábil		Saldo contábil	
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
- Disponíveis para venda						
- Ativos pré-fixados						
- Públicos	55.941	138.225	194.166	201.446		
- Operações a termo						
- Públicos	25.000	-	25.000	-		
- Ativos pós-fixados						
- Públicos	-	-	38.950	38.950	35.153	35.153
- Privados	2.421	-	2.421	1.627		
- Fundos de Investimento	-	-	957	957		
- Índices de inflação						
- Públicos	8.740	4.018	12.758	12.077		
- Fundos e reservas retidos pelo IRB	53	-	53	54		
- Recebíveis						
- Prêmios a receber de segurados	54.469	296	54.765	80.588		
- Valores a receber de operações com seguradoras e resseguradoras	796	-	796	938		
- Outros créditos operacionais	3.908	-	3.908	4.467		
- Ativos de resseguro	4.550	11.043	15.593	14.906		
- Títulos e créditos a receber	3.339	141.636	144.975	131.442		
- Caixa e equivalentes de caixa (vide nota explicativa nº 6)	3.778	-	3.778	6.425		
<b>Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro</b>	<b>162.995</b>	<b>335.125</b>	<b>498.120</b>	<b>489.123</b>		
<b>Passivos</b>						
- Contas a pagar (*)	34.212	6.004	40.216	22.728		
- Débitos de operações com seguros e resseguros	21.014	2	21.016	22.513		
- Débitos de terceiros	1.988	-	1.988	1.988		
- Provisões técnicas - seguros	180.822	77.906	258.732	299.087		
- Outros débitos - provisões judiciais	-	81.891	81.891	74.210		
<b>Total dos passivos</b>	<b>237.150</b>	<b>165.803</b>	<b>402.953</b>	<b>419.384</b>		

(\*) Refere-se a: R\$ 25.000 operações a termo.

**5.3. Gestão de risco de mercado**: A Companhia possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros prontamente disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e com uma política prudente de gestão de risco de liquidez. O CPC 39 requer a divulgação por nível, relacionada à mensuração do valor justo. A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue: • *Nível 1*: títulos

com cotação em mercado ativo; • *Nível 2*: títulos não cotados nos mercados abrangidos no “Nível 1”, mas cuja precificação é direta ou indiretamente observável; • *Nível 3*: títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

	31/12/14			31/12/13		
	Nível 1	Nível 2	Consolidado	Nível 1	Nível 2	Consolidado
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda (*)</b>						
Títulos de renda fixa						
- Letras financeiras do tesouro - LFT	38.950	-	38.950	35.153	-	35.153
- Letras do tesouro nacional - LTN	79.673	-	79.673	89.792	-	89.792
- Notas do tesouro nacional - NTN - Série B	12.758	-	12.758	12.077	-	12.077
- Notas do tesouro nacional - NTN - Série F	114.493	-	114.493	111.654	-	111.654
- Operações a termo						
- Notas do tesouro nacional - NTN - Série F	25.000	-	25.000	-	-	-
- Títulos privados						
- Fundos de Investimento - não exclusivos	957	-	957	-	-	-
- CDBs	-	2.421	2.421	-	1.627	1.627
- Fundos e reservas retidos pelo IRB	-	53	53	-	54	54
<b>Total dos ativos financeiros</b>	<b>271.831</b>	<b>2.474</b>	<b>274.305</b>	<b>248.676</b>	<b>1.681</b>	<b>250.357</b>
<b>Equivalentes de caixa</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.843</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.843</b>

(\*) A Companhia não detém ativos financeiros classificados de acordo com o Nível 3.

A Companhia utiliza uma série de análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em considerações os cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros, e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. Para a correta análise de sensibilidade e dos testes de stress utilizamos a metodologia do VaR, que pode ser resumida como a medida de quanto uma carteira de investimento poderá desviar durante certo horizonte de tempo, com certa probabilidade. A grande motivação para o uso do conceito de VaR é que este integra o risco de todo o ativo/passivo em uma única medida numérica, resumindo o risco total, por exemplo, de um banco para acompanhamento por sua diretoria. A grande deficiência do conceito de VaR é que risco é um conceito multidimensional, logo a integração do risco total de uma instituição em uma única medida numérica requer simplificações. Na política de investimentos, utiliza-se o método VaR para o cálculo do risco, que é calculado em dias úteis e com 95% de intervalo de confiança. Nas análises trabalha-se com um VaR globalizado máximo de 0,5% e um VaR de liquidez em 5%, que mede o risco do prazo de conversão do ativo em caixa. Os valores atuais do VaR, gerados através do teste de stress, estão em 0,18% e 4%, respectivamente. A tabela a seguir apresenta o teste de sensibilidade, que leva em consideração a melhor estimativa da administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado do exercício e sobre o patrimônio líquido da Companhia:

	Variação	Impactos no resultado e no patrimônio líquido						
		31/12/14	31/12/13	Premissa	%	31/12/14	%	
Pré-fixado	219.166	201.446	Taxa de juros pré-fixada	(10,0%)	(2.431)	(1,1%)	(2.057)	(1,0%)
Pós-fixado	42.328	36.780	Taxa Selic	(10,0%)	(488)	(1,2%)	(377)	(1,0%)
Inflação	12.758	12.077	Índice de preços	(10,0%)	(152)	(1,2%)	(138)	(1,1%)
IRB	53	54	Não há	-	-	0,0%	-	0,0%
<b>Total</b>	<b>274.305</b>	<b>250.357</b>			<b>(3.071)</b>	<b>(1,1%)</b>	<b>(2.572)</b>	<b>(1,0%)</b>

**5.4. Gestão de risco de crédito**: A Companhia possui uma rigorosa política de risco de crédito para aquisição de seus ativos financeiros. Conseqüentemente, existem certas restrições sobre as áreas operacionais para limitar a exposição ao risco de crédito em casos de ativos emitidos por contrapartes, caso estas contrapartes não possuam *rating* de crédito igual ou superior àqueles estabelecidos na política. O saldo de contas a receber está distribuído entre diversos clientes e não existe um cliente que represente concentração de 10% ou mais do total dos prêmios líquidos, nem do saldo a receber. A administração monitora o risco do saldo a receber de clientes mediante o registro de provisão para perda sobre créditos, apurada de acordo com um estudo de inadimplência que determina, por faixa de vencimento e por grupo de risco (exemplo: Automóveis, vida em grupo, etc.), um percentual estimado de perda para as apólices vencidas. O estudo é atualizado trimestralmente. Vide nota explicativa nº 8. A política de investimentos da Companhia apresenta as seguintes premissas: preservação do capital, a maximização de retorno dentro dos limites da prudência, liquidez, cobertura de reserva, margens de solvência e desempenho estável e previsível. Segundo a política de investimentos, a Administração estabelece as instituições financeiras com as quais a Companhia pode operar, os limites de alocação de recursos e os objetivos. A Companhia adota o critério de aplicar seus recursos em instituições sólidas, cuja classificação de risco esteja entre “AAA” até “BBB-”, ou seja, bancos que apresentem solidez financeira de excepcional até adequada. A aplicação de recursos da Companhia se dá através da compra direta de ativos financeiros, como títulos públicos e privados e quotas de fundos de investimentos, buscando uma rentabilidade próxima à variação do CDI, em investimentos com alta liquidez e segurança. Apresentamos abaixo um quadro contendo a segregação dos ativos constantes na carteira de investimentos pelos seus respectivos ratings de escala internacional da *Standard & Poor's*. Para os títulos que não possuem *rating* em escala internacional, foi utilizada a escala nacional de classificação, também divulgadas pela *Standard & Poor's*. Os títulos que não possuem *rating* foram classificados no grupo “Sem *rating*”.

	Escala Internacional		Sem Saldo contábil <i>rating</i>	31/12/14	Saldo contábil 31/12/13
	AA	A BBB-			
<b>Ativos financeiros e ativos de contratos de seguro</b>					

\* continuação

# Indiana Seguros S.A.

C.N.P.J. nº 61.100.145/0001-59

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de reais)

### 8.1. Composição quanto ao prazo de vencimento:

A vencer	Vencidos					RVNE	Redução ao valor recuperável	31/12/14	31/12/13
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 365 dias				
46.859	3.998	471	35	7	11	1.627	2.414	54.765	80.588
<b>Sem vencimento/vencidos</b>									
A vencer									
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias		31/12/14	31/12/13
	7.906	13.112	11.621	13.920	4.849	3.061	296	54.765	80.588

**9. Créditos tributários e previdenciários:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos e tributos a compensar em 31 de dezembro de 2014 e 2013 referem-se a:

	31/12/14	31/12/13
<b>Ativo</b>		
Tributos a compensar	3	3
Tributos retidos na fonte	33	33
Antecipações de IRPJ e CSLL	970	886
<b>Total circulante</b>	<b>1.006</b>	<b>922</b>
Prejuízo fiscal/base negativa (i)	7.785	-
Diferenças temporárias: (ii)	-	-
Imposto de renda	21.545	21.587
Contribuição social	12.927	12.952
Ganhos/perdas não realizados - Circular 192	1.775	1.957
<b>Subtotal</b>	<b>36.247</b>	<b>36.496</b>
PIS e Cofins sobre reservas de sinistro e IBNR	3.483	4.045
Outros	8.814	8.387
<b>Total não circulante</b>	<b>56.329</b>	<b>48.928</b>
<b>Total</b>	<b>31/12/14</b>	<b>31/12/13</b>
Imposto diferido passivo:		
IR e CSLL sobre reservas de reavaliação	976	976
<b>Total</b>	<b>976</b>	<b>976</b>

- A ser recuperado até 12 meses (vide nota explicativa nº 14.a)  
- A ser recuperado após 12 meses (vide nota explicativa nº 14.a)  
(i) Os créditos tributários, decorrentes de prejuízos fiscais, são anualmente avaliados para perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia apresentava créditos no montante de R\$ 37.820 (R\$ 32.846 em 2013), para os quais foi constituída provisão para desvalorização no montante de R\$ (30.035) (R\$ (32.846) em 2013). (ii) Estão classificados no ativo não circulante, sendo originados exclusivamente de adições temporárias e compostos, em sua maioria, de provisões judiciais fiscais. Em razão destas ações estarem em trâmite nos tribunais superiores e não existir previsão para trânsito em julgado, torna-se inviável uma projeção de prazo para a realização destes créditos. A movimentação dos impostos diferidos ativos e passivos entre 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2014 está apresentada na tabela a seguir:

	31/12/13	Constituições	Baixas	31/12/14
Créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas da CSLL		7.785	-	7.785
Créditos tributários de adições temporárias	36.496	4.727	(4.976)	36.247
PIS e Cofins sobre reservas de sinistro e IBNR	4.045	-	(562)	3.483
Outros	8.387	-	427	8.814
<b>Total</b>	<b>48.928</b>	<b>12.512</b>	<b>(5.111)</b>	<b>56.329</b>
Reserva de reavaliação	976	39	(39)	976
<b>Total</b>	<b>976</b>	<b>39</b>	<b>(39)</b>	<b>976</b>

Os impostos diferidos, contabilizados diretamente no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram:

	31/12/14	31/12/13
IR/CS sobre reavaliação	39	39
IR/CS diferido Circular - 192	(181)	4.608
<b>Total</b>	<b>(142)</b>	<b>4.647</b>

A constituição dos créditos tributários está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração, dentre diversas variáveis, o plano de negócios da Companhia para os próximos exercícios. Esse estudo técnico aponta para a geração de lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a realização desses créditos. O imposto de renda e contribuição social diferido auto decorrente de prejuízo fiscal e base negativa serão realizados à medida que os prejuízos fiscais que os originaram sejam compensados com os lucros futuros. Apresentamos a seguir a estimativa de realização desses créditos:

	2015	2016	2017	Total
Utilização do crédito	2.103	2.577	3.105	7.785
Valor presente dos créditos	1.869	2.036	2.201	6.106

Os créditos tributários são atualizados pela taxa Selic.

### 10. Outros ativos:

#### 10.1. Depósitos judiciais:

Ações tributárias (vide nota explicativa nº 17)  
Sinistros judiciais (vide nota explicativa nº 17)  
Ações trabalhistas (vide nota explicativa nº 17)  
Ações cíveis (vide nota explicativa nº 17)

	31/12/14	31/12/13
	83.601	76.784
	1.616	1.722
	68	73
	16	16
<b>Total</b>	<b>85.301</b>	<b>78.580</b>

#### 10.2. Outros créditos:

Bloqueios judiciais de sinistro  
Adiantamento a fornecedores  
Adiantamento a funcionários  
Outros

	31/12/14	31/12/13
	2.131	2.385
	-	28
	-	137
	6	132
<b>Total</b>	<b>2.137</b>	<b>2.682</b>
Circulante	2.131	2.550
Não circulante	6	132
<b>Total</b>	<b>2.137</b>	<b>2.682</b>

### 10.3. Valores e Bens:

Salvados a venda (a)  
Outros valores

	31/12/14	31/12/13
	2.907	7.127
	81	125
<b>Total</b>	<b>2.988</b>	<b>7.252</b>

(a) Abaixo apresentamos os salvados a venda abertos por vencimento:

	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Redução ao valor recuperável	31/12/14	31/12/13
Automóveis	305	708	974	470	754	1.753	(2.057)	2.907	7.096
Outros (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	31
<b>Total</b>	<b>305</b>	<b>708</b>	<b>974</b>	<b>470</b>	<b>754</b>	<b>1.753</b>	<b>(2.057)</b>	<b>2.907</b>	<b>7.127</b>

(\*) Em 2014, a Companhia detem salvados somente no ramo de automóveis.

Para efeito de cálculo da redução ao valor recuperável a Companhia adota o critério de permanência no estoque. Os salvados com mais de 180 dias em estoque aplica-se uma redução de 50% e para os estoques com mais de 365 dias aplica-se 100% de redução.

**11. Custos de aquisição diferidos - DCD:** Os custos de comercialização são compostos por comissões de corretagem, agenciamento, representantes de seguros e outros custos de aquisição e apresentam a seguinte composição:

	31/12/14	31/12/13
	50.570	51.909
	11.167	6.791
	7.034	3.307
<b>Total</b>	<b>68.771</b>	<b>62.007</b>
Circulante	39.205	44.063
Não circulante	29.566	17.944
<b>Total</b>	<b>68.771</b>	<b>62.007</b>

O quadro abaixo demonstra a movimentação do custo de aquisição diferido entre 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2014:

	31/12/13	31/12/14
	62.007	62.007
(+) Constituições	89.301	704
(-) Cancelamentos/reversões/baixas	(82.537)	(323)
<b>Total em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>68.771</b>	<b>68.771</b>

Para a Companhia, o ramo de maior representatividade na carteira é automóvel e o prazo médio de diferimento é de 12 meses.

### 12. Ativo imobilizado:

	Edificações	Equipamentos	Móveis, Máquinas e Utensílios	Veículos	Imobilizado Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>3.472</b>	<b>7.207</b>	<b>783</b>	<b>259</b>	<b>11.721</b>
(-) Baixas	-	(317)	(6)	-	(323)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>3.472</b>	<b>6.890</b>	<b>777</b>	<b>259</b>	<b>11.398</b>
<b>Depreciação acumulada</b>					
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>(1.193)</b>	<b>(7.201)</b>	<b>(599)</b>	<b>(88)</b>	<b>(9.081)</b>
(-) Depreciação	(138)	(5)	(57)	(52)	(252)
(+) Baixa	316	5	5	324	960
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>(1.331)</b>	<b>(6.890)</b>	<b>(651)</b>	<b>(140)</b>	<b>(9.012)</b>
<b>Valor contábil</b>					
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.279	6	184	171	2.640
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>2.141</b>	-	<b>126</b>	<b>119</b>	<b>2.386</b>
Taxas anuais de depreciação - %	4	10	10	20	

### 13. Ativos intangíveis e diferidos:

	Despesa de organização	Sistemas	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>73</b>	<b>1.450</b>	<b>1.523</b>
(-) Amortização	(42)	(1.356)	(1.398)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>31</b>	<b>94</b>	<b>125</b>
Taxas anuais de amortização - %	20	20	

A tabela abaixo demonstra os saldos de passivos financeiros:

	31/12/14	31/12/13
Obrigações a pagar	704	3.353
Operações a termo (vide nota explicativa nº 7)	-	25.000
Impostos e encargos sociais a recolher (a)	3.789	6.383
Encargos trabalhistas	-	1.035
Impostos e contribuições (a)	449	441
Fornecedores (*)	8.356	8.355
Convênio Liberty (vide nota explicativa 20.a)	1.241	2.317
Outras contas a pagar	69	197
<b>Total</b>	<b>39.608</b>	<b>22.081</b>
Circulante	34.212	22.081
Não circulante	5.396	-
<b>Total</b>	<b>39.608</b>	<b>22.081</b>
Tributos diferidos (a)	608	647
<b>Total não circulante</b>	<b>608</b>	<b>647</b>

(\*) Refere-se, principalmente a provisão de multas e campanha de vendas.

a) Impostos e contribuições a pagar:

	31/12/14	31/12/13
IOF sobre prêmios de seguros	3.331	5.498
Imposto sobre serviços retido na fonte	111	132
PIS e COFINS retido na fonte	22	126
Contribuições ao INSS e ao FGTS	179	429
Imposto de renda retido na fonte	146	198
<b>Total</b>	<b>3.789</b>	<b>6.383</b>

	31/12/14	31/12/13
PIS e COFINS	81	112
Imposto de renda - Diferido	232	207
Contribuição social - Diferida	136	122
<b>Subtotal</b> (vide nota explicativa nº 9)	<b>369</b>	<b>329</b>
<b>Impostos e contribuições</b>	<b>449</b>	<b>441</b>
Imposto de renda sobre reserva de reavaliação	380	404
Contribuição social sobre reserva de reavaliação	228	243
<b>Tributos diferidos</b> (vide nota explicativa nº 9)	<b>608</b>	<b>647</b>
- A ser recuperado até 12 meses	449	441
- A ser recuperado após 12 meses	608	647
<b>Total</b>	<b>1.057</b>	<b>1.088</b>

### 15. Outros débitos de operações com seguros e resseguros a pagar:

	31/12/14	31/12/13
Prêmios a restituir	49	21
Operações com seguradoras	2	2
Operações com resseguradoras	4.260	3.658
Corretores de seguros e resseguros	16.705	18.832
<b>Total</b>	<b>21.016</b>	<b>22.513</b>
Circulante	21.014	22.513
Não circulante	2	-
<b>Total</b>	<b>21.016</b>	<b>22.513</b>

### 16. Provisões técnicas - seguros:

	31/12/14	31/12/13
<b>Provisões técnicas de contratos de seguros</b>		
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG (a)	185.108	170.205
Provisão de sinistros a liquidar e despesas relacionadas (a)	42.713	42.101
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (a)	6.451	6.448
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (a)	24.460	24.385
<b>Total</b>	<b>258.732</b>	<b>243.139</b>
Circulante	180.826	176.276
Não circulante	77.906	66.863

a) Provisões técnicas - bruto e líquido de resseguro:

	31/12/14		31/12/13	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Automóvel	145.384	131.542	182.708	171.014
Vida em grupo	19.456	19.394	13.984	13.946
Demais ramos	20.268	19.269	9.671	8.689
<b>Total</b>	<b>185.108</b>	<b>170.205</b>	<b>206.363</b>	<b>193.649</b>
Provisão de sinistros a liquidar e despesas relacionadas				
	31/12/14		31/12/13	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Automóvel	37.545	37.161	53.258	52.978
Vida em grupo	2.195	2.195	2.095	2.095
Demais ramos	2.973	2.745	4.247	2.490
<b>Total</b>	<b>42.713</b>	<b>42.101</b>	<b>59.600</b>	<b>57.563</b>
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR				
	31/12/14		31/12/13	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Automóvel	5.965	5.965	9.536	9.536
Vida em grupo	154	154	87	87
Demais ramos	332	329	371	333
<b>Total</b>	<b>6.451</b>	<b>6.448</b>	<b>9.994</b>	<b>9.956</b>

	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNR			
	31/12/14		31/12/13	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Automóvel	23.493	23.493	22.476	22.452
Vida em grupo	713	713	623	623
Demais ramos	254	179	31	(62)
<b>Total</b>	<b>24.460</b>	<b>24.385</b>	<b>23.130</b>	<b>23.013</b>

### 16.1. Garantia das provisões técnicas:

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	31/12/14	31/12/13
Total das provisões técnicas (a)	258.732	299.087
(-) Operações com resseguradoras	(1	

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de reais)

### 19. Detalhamento de contas da demonstração de resultado:

**19.1. Prêmios de seguros auferidos:** Os prêmios auferidos compreendem os prêmios de seguros emitidos, líquidos de cancelamentos e restituições. Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

	31/12/14	31/12/13
	<b>Prêmios emitidos líquidos de cosseguo (a)</b>	<b>Prêmios emitidos líquidos de cosseguo (a)</b>
Automóvel	206.394	297.678
Vida em grupo	15.222	11.899
Demais ramos	28.715	13.481
<b>Total</b>	<b>250.331</b>	<b>323.058</b>

(a) Os prêmios emitidos líquidos de cosseguo por região geográfica estão assim compostos:

Região geográfica	Bruto de resseguro em 31/12/14				31/12/13			
	Automóvel	%	Vida em grupo	%	Demais ramos	%	Total	%
Centro-Oeste	20.939	10%	1.694	11%	12.102	42%	34.735	14%
Nordeste	46.587	23%	904	6%	592	2%	48.083	19%
Norte	17.015	8%	433	3%	579	2%	18.027	7%
Sudeste	80.697	39%	7.465	49%	4.575	16%	92.737	37%
Sul	41.156	20%	4.726	31%	10.867	38%	56.749	23%
<b>Total</b>	<b>206.394</b>	<b>100%</b>	<b>15.222</b>	<b>100%</b>	<b>28.715</b>	<b>100%</b>	<b>250.331</b>	<b>100%</b>

Região geográfica	Líquido de resseguro em 31/12/14				31/12/13			
	Automóvel	%	Vida em grupo	%	Demais ramos	%	Total	%
Centro-Oeste	19.253	10%	1.691	11%	11.591	43%	32.535	13%
Nordeste	45.774	23%	903	6%	524	2%	47.201	20%
Norte	16.088	8%	432	3%	553	2%	17.073	7%
Sudeste	78.482	39%	7.423	49%	3.515	13%	89.420	37%
Sul	39.968	20%	4.718	31%	10.774	40%	55.460	23%
<b>Total</b>	<b>199.565</b>	<b>100%</b>	<b>15.167</b>	<b>100%</b>	<b>26.957</b>	<b>100%</b>	<b>241.689</b>	<b>100%</b>

**19.2. Variações das provisões técnicas:** As despesas com provisões técnicas apresentaram a seguinte variação no exercício:

	31/12/14	31/12/13
	<b>Bruto de resseguro</b>	<b>Líquido de resseguro</b>
Provisão de prêmios não ganhos	21.255	23.444
<b>Total da variação das provisões técnicas</b>	<b>21.255</b>	<b>23.444</b>

**19.3. Sinistros retidos:** Os sinistros retidos compreendem as indenizações avisadas e a tabela a seguir apresenta os sinistros retidos brutos e líquidos de recuperação de resseguro. Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

	Bruto de resseguro				Líquido de resseguro			
	Sinistro retido	Sinistralidade	Sinistro retido	Sinistralidade	Sinistro retido	Sinistralidade	Sinistro retido	Sinistralidade
Automóvel	130.255	196.941	53%	60%	129.209	195.977	50%	61%
Vida em grupo	1.769	(137)	18%	-2%	1.769	(101)	30%	-2%
Demais ramos	8.344	5.628	46%	71%	8.180	4.454	69%	68%
<b>Total</b>	<b>140.368</b>	<b>202.432</b>	<b>52%</b>	<b>60%</b>	<b>139.158</b>	<b>200.330</b>	<b>50%</b>	<b>60%</b>

**19.4. Amortização de despesa de comercialização diferida - DCD:** Abaixo demonstramos a abertura da despesa de amortização diferida de contratos de seguro:

	31/12/14	31/12/13
Automóvel	70.525	91.423
Vida em grupo	5.630	2.760
Demais ramos	6.382	2.352
<b>Total</b>	<b>82.537</b>	<b>96.535</b>

### 19.5. Outras receitas e despesas operacionais:

	31/12/14	31/12/13
Receitas operacionais	-	-
Outras receitas	-	5
Despesas operacionais	(3.051)	(4.725)
Provisão para risco de créditos	850	(450)
Despesas com operação de seguros	(2.270)	(2.741)
Despesas com rastreador	(1.084)	(1.912)
Provisões cíveis	(547)	378
<b>Total de outras receitas e despesas operacionais</b>	<b>(3.051)</b>	<b>(4.720)</b>

### 19.6. Despesas operacionais:

	31/12/14	31/12/13
19.6.1. Despesas administrativas:	(32.259)	(33.005)
Despesa convênio com Liberty (vide nota explicativa nº 20.a)	(200)	(12.204)
Despesas com pessoal	(2.596)	(3.887)
Localização e funcionamento	(1.836)	(1.769)
Serviços de terceiros	(1.650)	(1.731)
Depreciação/amortização	(4.381)	(4.782)
Publicidade e propaganda	(1.595)	(761)
Outras	(44.517)	(58.139)
<b>Total</b>	<b>(44.517)</b>	<b>(58.139)</b>

### 19.6.2. Despesas com tributos

	31/12/14	31/12/13
PIS	(1.156)	(1.329)
COFINS	(7.113)	(8.182)
Taxa de fiscalização	(1.195)	(1.196)
Outras	(506)	625
<b>Total</b>	<b>(9.970)</b>	<b>(10.082)</b>

### 19.7. Resultado financeiro:

	31/12/14	31/12/13
Receitas financeiras	35.767	40.727
Rendimentos títulos da dívida pública	24.913	23.561
Rendimentos CDB	601	127
Rendimentos fundos de investimentos - não exclusivos	100	50
Rendimentos debêntures	-	5
Receitas com operação de seguros	8.386	13.873
Outras receitas	1.767	3.111
Despesas financeiras	(3.574)	(9.604)
Despesas com operação de seguros	(3.572)	(5.113)
Atualização monetária	(264)	(195)
Outras despesas financeiras	262	(4.296)
<b>Total de resultado financeiro</b>	<b>32.193</b>	<b>31.123</b>

**19.8. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações do resultado, como segue:

	IRPJ		CSLL	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
<b>Resultado antes da provisão do imposto de renda, da contribuição social e após participações</b>	<b>18.288</b>	<b>(8.165)</b>	<b>18.288</b>	<b>(8.165)</b>
IRRF à alíquota de 25% e CSLL à alíquota de 15%	(4.572)	2.041	(2.743)	1.225
Diferenças temporárias	42	(1.185)	26	(711)
Diferenças permanentes	7.526	6.806	4.515	4.254
Constituição de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	(2.996)	(7.662)	(1.798)	(4.768)
<b>Despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Ajuste provisão de perda IR/CSLL	1.689	(8.465)	1.122	(5.358)
Constituição de créditos tributários	3.134	8.666	1.772	5.479
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>4.823</b>	<b>201</b>	<b>2.894</b>	<b>121</b>
Alíquotas efetivas (%)	95%	(1015%)	95%	(1015%)

**20. Transações com partes relacionadas:** A administração identificou como partes relacionadas à Companhia, as seguintes empresas do grupo: Liberty Seguros S.A., Liberty Mutual Insurance Co. e Liberty Syndicates, além de seus administradores e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05.

(a) Os saldos a receber, a pagar, as receitas e despesas por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	31/12/14		31/12/13		Receita/(despesa)	Receita/(despesa)
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo		
Administradores (i)	-	-	-	-	-	96
Liberty Seguros S.A. (ii)	-	1.241	-	2.317	(32.259)	(33.004)
Liberty Mutual Insurance Co. (iii)	-	26	-	300	(45)	(80)
Liberty Syndicates (iii)	114	302	134	127	(208)	(65)
<b>Total</b>	<b>114</b>	<b>1.569</b>	<b>134</b>	<b>2.744</b>	<b>(32.512)</b>	<b>(33.053)</b>

(i) Transações com pessoal-chave da administração e remuneração a pagar. (ii) Corresponde, basicamente, ao rateio de despesas entre a Liberty Seguros S.A. e a Indiana Seguros S.A.. O aumento do saldo a pagar, refere-se a transferência dos funcionários da Indiana Seguros S.A. para a Liberty Seguros S.A.. (iii) Empresas do grupo, subsidiárias do grupo Liberty International, referem-se à transações de resseguro. (b) Remuneração do pessoal-chave da administração: É estabelecida anualmente, pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária o montante global anual da remuneração dos membros da Diretoria, a ser distribuída entre estes conforme deliberado em Reunião de Diretoria, observada a legislação vigente. Não há remuneração a pagar em 31 de dezembro de 2014 e 2013. (c) Outras informações: Conforme legislação em vigor, sociedades seguradoras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para: • Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau; • Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; • Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% da própria Companhia, quaisquer diretores ou administradores da própria Companhia, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pela Companhia empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares. **21. Benefícios a empregados:** Abaixo, estão discriminados os benefícios que a Companhia proporciona a seus empregados. Esses benefícios são alocados em despesa com pessoal, no grupo de despesas administrativas. (a) Plano de previdência privada complementar: A Companhia proporciona um plano de previdência privada complementar aos seus funcionários, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas durante o exercício totalizaram R\$ 3, (R\$ 43 em 2013). (b) Plano de assistência médica: A Companhia proporciona aos seus empregados e dependentes plano de assistência médica junto à operadora Seguros Unimed. Os prêmios são pagos na modalidade de pré-pagamento, com coberturas hospitalares e ambulatoriais. Tal benefício é classificado na modalidade de contribuição definida. As contribuições efetuadas durante o exercício totalizaram R\$ 97, (R\$ 835 em 2013). (c) Seguro de Vida: A Companhia proporciona aos seus empregados seguro de vida. Tal benefício é classificado na modalidade de contribuição definida. As contribuições efetuadas durante o exercício totalizaram R\$ 3, (R\$ 23 em 2013). **22. Outras informações: 22.1. Política de participação nos resultados:** A Companhia utiliza uma política interna para o programa de participação do resultado em conformidade com a Lei nº 10.101/00. Anualmente é formada uma Comissão PPLR que tem por objetivo representar todos os funcionários da Companhia, assistidos pela área de Recursos Humanos e pelo Sindicato dos Secretários, nas reuniões de negociação do PPLR. Em 31 de dezembro de 2014 não há impacto no resultado da Companhia (R\$ 2.834 em 2013). **22.2. Medida provisória nº 627:** Na conversão da medida provisória nº 627/13 na Lei nº 12.923/14, houve alterações na redação original da referida medida, relacionados ao tratamento fiscal de dividendos, JCP e avaliação de investimentos pelo método de equivalência patrimonial. Quanto aos lucros e dividendos calculados com base em resultados apurados do período 2008/2013, estabeleceu a não incidência tributária anteriormente prevista na Medida Provisória. Considerando que, tais alterações não tiveram impactos para a Companhia em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e 2013, não há necessidade de manifestação dessas informações à Receita Federal do Brasil conforme previsto no artigo 71 parágrafo 2º da referida Lei. **23. Eventos subsequentes:** A SUSEP publicou em 24/12/2014 a Resolução CNSP nº 317/2014 que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2015, a qual dispõe sobre os critérios para apuração do capital de risco baseado no risco de mercado das sociedades supervisionadas. De acordo com parágrafo 4º do artigo 3º desta Resolução, o montante efetivamente exigido do capital de risco baseado no risco de mercado corresponderá a 0% até 31/12/2016, não havendo impactos para a Companhia para esta demonstração financeira. A SUSEP publicou a Circular nº 508/2015 que entra em vigor em 2015, a qual dispõe sobre alterações das normas contábeis a serem observadas pelas sociedades supervisionadas, não havendo impactos significativos na Companhia pela adoção desta Circular.

## Diretoria

**Juan Pablo Barahona Flores**  
Diretor Presidente

**Carlos Adrian Magnarelli**  
Diretor Vice-Presidente

**Paulo Tadeu Umeki**  
Diretor

**Marcos Machini**  
Diretor

**Rogério do Nascimento**  
Contador CRC 1SP259014/O-4

**Rafael Citelli dos Reis**  
Atuário MIBA 975

## Contador e Atuário

## Parecer dos Atuários Auditores Independentes

Em conformidade com a Resolução CNSP 311/2014, Acerca das Provisões Técnicas, Ativos Redutores e Requerimentos de Capital em 31 de Dezembro de 2014. Aos Diretores e Acionistas da **Indiana Seguros S.A.** - São Paulo - SP - CNPJ: 61.100.145/0001-59

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Indiana Seguros S.A., em 31 de dezembro de 2014, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Indiana Seguros S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios atuariais gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da entidade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, e ao atendimento pela entidade auditada dos requerimentos de capital-base e capital de risco conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Indiana Seguros S.A. para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da entidade auditada.

Demonstrativo dos Valores Sujeitos à Auditoria Atuarial em 31/12/2014	Em Milhares de R\$
<b>Provisões Técnicas</b>	<b>185.108</b>
Provisão de Prêmios Não Ganhos	66.468
Provisão de Sinistros a Liquidar	6.451
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados	705
Provisão de Despesas Relacionadas	-
Provisão Complementar de Cobertura	-
<b>Total de Provisões Técnicas</b>	<b>258.732</b>
<b>Valores Redutores da Cobertura Financeira das Provisões Técnicas</b>	<b>Em Milhares de R\$</b>
Direitos Creditórios	36.172
Custos de Aquisição Diferidos Redutores de PPNG	16.481
Ativos de Resseguro Redutores de PPNG	10.045
Ativos de Resseguro Redutores de PSL	686
Ativos de Resseguro Redutores de IBNR	3
<b>Total de Valores Redutores de Provisões Técnicas</b>	<b>63.387</b>
<b>Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido</b>	<b>Em Milhares de R\$</b>
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	161.819
Capital-Base (b)	15.000
Capital de Risco - Subscrição (c)	45.478
Capital de Risco - Crédito (d)	12.117
Capital de Risco - Operacional (e)	1.830
Redução por Correlação dos Riscos (f)	(5.001)
Capital de Risco (g) = (c)+(d)+(e)+(f)	54.424
<b>Capital Mínimo Requerido (h) = Maior entre (b) e (g)</b>	<b>54.424</b>
<b>Suficiência do PLA (a) - (h)</b>	<b>107.395</b>

**Opinião**  
Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Indiana Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2014 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Finalmente, manifestamos que consideramos adequada e suficiente a qualidade dos dados fornecidos pela Indiana Seguros S.A. que serviram de base para a elaboração de nossa auditoria atuarial independente.  
São Paulo, 25 de fevereiro de 2015



**Ricardo Pacheco** - MIBA 2.679  
**EY Serviços Atuariais SS** - CNPJ 03.801.998/0001-11 - CIBA 57

## Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Diretores e Acionistas da **Indiana Seguros S.A.** - São Paulo - SP  
Examinamos as demonstrações financeiras da Indiana Seguros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**  
A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes**  
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas

circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**  
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Indiana Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015



**ERNST & YOUNG**  
**Auditores Independentes S.S.**  
CRC-25P015199/O-6